

ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: EXTENSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR CONSTRUTOR DE CIDADANIA

Schools in agrarian reform settlements: an extension of the school space that builds citizenship

Márcia Helena Lima*
Vânia Rúbia Farias Vlach**

RESUMO: *Quando crianças de um assentamento de sem terra tiveram que frequentar uma escola formal regular, relacionando essa experiência aos ideários trazidos por meio do Movimento de Luta pela Terra, presenciou-se um choque nas questões curriculares metodológicas e psicológicas, fazendo com que essa escola se reestruturasse, internamente, para atender à nova clientela. O estudo que a Pedagogia do Movimento dos Sem Terra propõe buscar, fundamentalmente, a compreensão da forma pela qual se orienta e se constrói, historicamente, a prática educativa desse grupo específico. Assim, este estudo demanda uma reflexão acerca da compreensão do mundo dos sujeitos envolvidos, e suas experiências diferenciadas de outros sujeitos históricos, percebidas no contexto escolar, avaliando e reelaborando a forma de construção do conhecimento, uma vez que a prática e a teoria são indissociáveis no processo de ensino-aprendizagem.*

UNITERMOS: *Prática Educativa; Contexto Escolar; Ensino-Aprendizagem.*

ABSTRACT: *The children of landless rural migrants living settlements represent a group with special needs in terms of their basic education. Attention must be given to aspects of curriculum, teaching and educational methods as well as psychological issues. The present work analyzes prospects of restructuring the traditional school system in order to better serve the needs of this specific group. It is suggested that reflection of the world as seen by these children as well as their own unique experiences, need to be incorporated into the academic context to evaluate and re-elaborate the construction of knowledge. The indissociation of theory and practice is recognized and considered in this process of teaching and learning.*

KEYWORDS: *Educational Practice; Teaching; Teaching and Learning.*

A sociedade brasileira é composta por grupos sociais antagônicos, de maneira que alguns, por serem excluídos de seus direitos básicos, buscam formas alternativas para a resolução de seus problemas.

Assim, ao se esgotar para uma parcela da população as possibilidades de vida digna no campo ou mesmo nas áreas urbanas, surgem novas iniciativas de busca por direitos igua-

* Professora da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, e aluna do Mestrado em Geografia.

** Professora Doutora do Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.

litários, inclusive o reconhecimento de um espaço de sobrevivência.

Os processos sociais através dos quais as camadas populares agem como sujeitos políticos de reivindicação, os processos mentais que são redefinidos e afirmados nos movimentos reivindicatórios, as formas de organização que se fortalecem, o poder popular que aumenta, ou seja o próprio processo político-pedagógico de construção de identidade popular que se dá no confronto povo-Estado. É aí que a democracia avança e se constrói [...] o povo avançando porque lutando como expressão de democracia (ARROYO, 1991).

Nesta linha de análise, a antiga luta pela reforma agrária ganhou uma nova dimensão. Quando as famílias conseguiam ser assentadas, ou mesmo quando se encontravam em processo de espera pela posse da terra, e já produziam o sustento necessário para a subsistência, surgiu, no seio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a necessidade de se implementar uma escola que suprisse, de imediato, a escolarização de suas crianças.

Porém, essa escola demandaria uma visão diferenciada das escolas de ensino formal, uma vez que deveria valorizar as experiências marcantes das crianças, dada a postura ideológica desse grupo social, resgatando-as no currículo escolar.

A possibilidade de expor as crianças a situações e reflexões a respeito de seu próprio espaço de sobrevivência tornou-se importante como ponto de partida para a construção do conhecimento (ensino-aprendizagem).

O contato com o contexto e com a complexidade desse espaço alternativo possibilita a percepção de como a prática pedagógica explicita valores específicos desse grupo, os quais são transmitidos às crianças no cotidiano das relações sociais.

Diante do exposto, surgiram dois questionamentos: como o MST consegue implementar um projeto pedagógico diante dos conflitos que se estabelecem no campo? e onde o MST estaria buscando subsídios teóricos e práticos para a efetivação deste projeto?

Ressalta-se que o Movimento de Luta pela Terra construiu, depois de várias discussões, um projeto pedagógico com diretrizes curriculares e metodológicas voltadas às necessidades do campo, especificamente para os acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Assim, existem dois princípios que norteiam a educação em assentamentos de reforma agrária: o filosófico, relacionado à visão de mundo, às concepções gerais em relação ao ser humano, à sociedade e ao entendimento do que seja educação para este grupo; e o pedagógico, referente à forma de se fazer e pensar a educação.

Essa proposta de educação filosófica pode ser sintetizada em cinco pontos principais:

1. educação para a transformação social de classe, massiva, orgânica à ideologia do grupo, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo;
2. educação para o trabalho e cooperação;
3. educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;

4. educação com valores humanistas e socialistas;
5. educação como um processo permanente na formação/transformação humana.

E os princípios pedagógicos para essa educação alternativa são:

- relação entre teoria e prática;
- combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação;
- trabalho da realidade como base de produção de conhecimento;
- transmissão de conteúdos formativos socialmente úteis;
- vínculo orgânico entre processos educativos com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais;
- gestão democrática;
- auto-organização dos estudantes;
- criação de coletivos pedagógicos e formação permanente de educadores;
- atitudes e habilidades de pesquisa;
- combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Para desenvolver um trabalho filosófico-pedagógico valorizador dessas características, e para implementar propostas que funcionem nesse contexto, busca-se professores que se identifiquem com a postura ideológica do movimento.

A fim de possibilitar a compreensão dos princípios citados acima, torna-se necessário explicitá-los melhor.

Nesta proposta, a relação entre teoria e prática está diretamente ligada a um desafio metodológico, baseado na organização do currículo em torno de situações que exijam respostas práticas, buscando uma melhor articulação entre o maior número de saberes com as situações da realidade concreta.

Direcionar a realidade como base de produção do conhecimento significa dizer que, se o conhecimento é uma das dimensões do processo educativo, este deve estar voltado para a realidade significativa que o originou.

O processo de combinação metodológica caracteriza-se pela necessidade da aprendizagem estar interrelacionada com o ensino e a capacitação.

A transmissão dos conteúdos formativos socialmente úteis parte da convicção pedagógica de que, para se atingir os objetivos relativos ao processo de ensino-aprendizagem, deve-se valorizar o contexto e a sua função social.

O vínculo orgânico entre processos educativos e políticos passa pelo entendimento de que a educação é permeada por políticas práticas, na medida que se insere em um projeto que visa a manutenção ou a transformação da ordem social. A última opção é a que melhor retrata o projeto em discussão, que se tornará, pedagogicamente, eficaz quando for compartilhado entre educadores e educandos.

Coerente com essa proposta de educação, os estudantes vivenciam um espaço de participação e democracia, no qual sua auto-organização os capacita como grupo consciente, para atuar e construir uma cidadania plena.

A criação de coletivos pedagógicos e a formação permanente de educadores e educadoras; juntamente com atitudes e habilidades de pesquisa tornaram-se elementos fun-

damentais da ideologia educativa do MST, pois, além de exigir um processo de formação continuada, qualificam o trabalho coletivo numa dimensão formativa.

Em alguns assentamentos, essa questão é resolvida com professores conveniados de universidades ou escolas rurais, em outros, com professores do próprio assentamento que possuem o curso de magistério ou, ainda, por monitores.

O grande desafio dessa proposta pedagógica é o processo de avaliação, que precisa criar formas de valorização individual e coletiva dos alunos.

As condições de aprendizagem dos alunos de um assentamento apresentam características diferenciadas em relação aos alunos de escolas regulares, pois existem fatos relevantes que interferem, diretamente, na vida escolar, tais como: a rotatividade de local, a falta de material didático e de recursos humanos (professores e monitores), as precárias condições de vida e outros.

A Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (Lei 9394/96) avança no sentido de delegar autonomia para as escolas rurais, porém não aponta as condições e os recursos necessários para a efetivação dessa situação.

Em defesa da escola pública rural, e orientando-se pelos princípios apontados acima, a educação em assentamentos de reforma agrária sintetiza os aspectos pedagógicos da seguinte forma: trabalho; organização e participação de coletivos, vinculando educação e trabalho e teoria e prática, numa perspectiva de entendimento do homem enquanto sujeito transformador da natureza e da sociedade.

Neste sentido, o espaço escolar em assentamentos de reforma agrária, bem como as propostas pedagógicas, relatadas e observadas durante um trabalho de extensão, entram em confronto com as práticas educativas efetivadas ao longo do processo histórico pelas escolas tradicionais.

Desta maneira, ao se estabelecer um parâmetro com a escola formal regular, pôde-se constatar que o currículo desta não permite a construção de uma realidade, mas sim a reprodução de mesma, ao passo que a proposta pedagógica implementada pelo Movimento de Luta pela Terra prioriza a transformação da realidade, repensando formas de atuação dos que ensinam e dos que aprendem.

Há de se considerar que muitas conquistas desse movimento ocorreram pela resistência de pessoas que almejam uma vida mais digna, a fim de buscar um equilíbrio integral, caracterizando um estado de desconforto frente à situação de miséria em que se encontra o país.

Alguns dados obtidos em entrevistas com lideranças, fonte para uma monografia de mestrado, levam a constatar que, na região do Triângulo Mineiro, existem, aproximadamente, 15 assentamentos e 20 acampamentos. Desse total, 80% possuem escolas regulares, na sua maioria, não regulamentadas. Este fato gera a reivindicação de veículos para o deslocamento dos alunos para escolas mais próximas.

O número de jovens nos assentamentos aproxima-se de 2900 e o de crianças, em torno de 4000. Essa oscilação decorre do fato de os acampamentos apresentarem um índice de 20% a mais que os assentamentos.

Observou-se, também, que os assentamentos e acampamentos do Triângulo Mineiro são privilegiados geograficamente, pois trata-se de uma região desenvolvida. Neles, os as-

sentados e acampados possuem aparelho de TV e áudio e alguns telefones celulares, e telefone comum em quase todas as sedes das associações.

Verificou-se a existência de práticas de trabalho produtivo com as crianças, planejamento integrado de atividades por temas geradores, atividades de integração entre escola e assentamento e eventos culturais com símbolos e rituais ligados à mística do MST.

Ainda, foi possível verificar, por meio de consultas a documentos do MST, nacional e regional, que, em 1996, o movimento realizou, em convênio com o MEC, um programa de alfabetização de adultos nos assentamentos que culminou na alfabetização de 7000 alunos. O programa foi premiado pela UNICEF.

Desde 1987, o MST instituiu um setor específico de educação para tratar dos assuntos ligados aos direitos educacionais dos "sem terra". Esse setor está organizado, conforme estatísticas deste mesmo ano, em 15 estados do país, por meio de equipes de educação nas áreas e de coletivos regionais e estaduais.

A atuação do setor educacional envolve, em todo país, um universo de 850 escolas de séries iniciais e 20 escolas de séries finais do Ensino Fundamental. Embora existam 35000 crianças e adolescentes frequentando as escolas de assentamentos, ainda há uma parcela grande de crianças fora da escola. Existem cerca de 1500 professores atuando nestas escolas e 300 monitores trabalhando com jovens e adultos. Esses dados foram obtidos por meio de documentos publicados e revistos, anualmente, pelo setor de educação do MST.

As principais frentes de trabalho estabelecidas pelo setor, atualmente, são:

- abrir escolas com salas de séries iniciais do Ensino Fundamental nos acampamentos e assentamentos que ainda não possuem escolas;
- abrir escolas com salas de séries finais do Ensino Fundamental nos locais onde já funcionam salas de séries iniciais;
- implementar a alfabetização, graduação e pós-graduação de jovens e adultos;
- aumentar, quantitativamente, as salas de educação infantil.

Diante do exposto, busca-se desenvolver os seguintes programas:

- formação de educadoras(es), por meio do curso do magistério de 2º grau, atividades de formação continuada e, mais recentemente, o setor de educação tem se empenhado em articulações para desenvolver um curso superior na área de Pedagogia, em parceria com universidades;
- produção de materiais pedagógicos, sendo que, atualmente, existem três coleções em andamento: os Boletins de Educação, os Cadernos de Educação e Fazendo História que, em geral, são produzidas a partir de atividades de formação de educadoras(es).

Organização de dois programas em nível nacional:

- "Toda criança na escola, aprendendo!", com o intuito de efetivar ações em cada local, visando o acesso de todas as crianças e adolescentes à escolarização básica e buscando melhorar a qualidade da proposta pedagógica desenvolvida nestas escolas.

- “Todo sem terra estudando!”, visa estimular a formação e a escolarização dos jovens e adultos de assentamentos e acampamentos, priorizando formas alternativas de acesso ao estudo e recuperação da auto-estima de quem ficou à margem deste direito durante muito tempo e, se considera, muitas vezes, incapaz de aprender.

Para a realização destes programas, tem sido fundamental a parceria com universidades, entidades de educação popular, órgãos públicos, sem os quais o movimento estaria impossibilitado de atender às demandas existentes e que vão multiplicando-se cada vez mais no campo.

O MST poderia, para assegurar sua autonomia, optar pela criação de escolas comunitárias próprias, mas não o faz por dois motivos básicos: o primeiro, de natureza política, que reside no entendimento de que a oferta de educação pública é dever do Estado e direito do cidadão; o outro, de natureza prática, decorre das prioridades do movimento, uma vez que a manutenção de escolas comunitárias exigiria recursos materiais e humanos que não estão disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ANDRÉ, M. D. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. (apud) BUFFA, Ester et al. **Educação cidadania: quem educa o cidadão?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- BIHAIM, M. N. Alfabetização de jovens e adultos: didática da linguagem. **Revista do Setor de Educação do MST**. São Paulo: Peres, 1994.
- CALDART, S. R. Alfabetização de jovens e adultos: como organizar. **Revista do Setor de Educação do MST**. São Paulo: Peres, 1993.
- CHIZOTTI, A. **Da pesquisa experimental**. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986, 336 p.
- HADDAD, S. Educação de trabalhadores rurais sem terra. Brasília. **Revista do INEP**, p. 1-59, 1994.
- IOKOI, Z. M. G. Lutas camponesas e a formação do Movimento dos Sem Terra. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro [s.n.], 1992.
- LARANJEIRAS, M. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

LIMA, Márcia H. **Pedagogia dos Sem Terra**. Uberlândia: EDUFU, 1997, 190p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

MATTOS, C. C. R. O método dialético em Marx. **Revista da Universidade Católica de Goiás**, 1994.

OTTI, M. B. Currículo: um sobreviver no estrangeiro e um sobreviver na própria terra. **Revista de Educação da AEC**. Brasília, n. 63, 1987.

POLLETO, I. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a luta pela terra. **Caderno do CEAS**. Salvador, n. 97, 1987.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, P. N. P. **Como entender e aplicar a nova LDB (Lei nº 9394/96)**. São Paulo: Pioneira, 1994.

TERRA, Patrícia. Violência massacra crianças no campo. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, 1992.

WERTEIN, J. et al. **Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.